

## **2. Tendências do trabalho no capitalismo contemporâneo**

O mundo do trabalho sempre foi dinâmico. Com o desenvolvimento e a construção de novos instrumentos de trabalho, os processos de trabalho foram tomando novas formas e possibilitaram a transformação da natureza através da produção dos elementos que são vitais para o homem. Nesse sentido, conforme se foi dando o “progresso”, mais “desenvolvida” se tornou a sociedade. Porém, no contexto deste “desenvolvimento”, o mundo do trabalho passou por significativas transformações que reconfiguraram a categoria trabalho e a classe trabalhadora, afetando diretamente o mercado de trabalho contemporâneo.

Este capítulo traz uma reflexão teórica sobre as transformações no mundo do trabalho, buscando relacionar tais mudanças com a historicidade do Serviço Social, aqui entendido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho (Iamamoto, 2007). A reflexão pautou-se na recuperação do trabalho como categoria chave para a compreensão da história.

### **2.1. Mudanças recentes no mundo do trabalho – um breve panorama**

Com o surgimento do comércio foram se aprofundando, cada vez mais, as transformações sociais. No século XIV, começou a transição do feudalismo<sup>2</sup> para o capitalismo. As relações sociais dessa época se pautavam em vínculos que atavam o servo ao seu senhor através do laço de submissão versus proteção (Faleiros, 2007, p.128).

O capitalismo teve sua mais profunda transformação com a Revolução Industrial<sup>3</sup>. Devido ao acúmulo de capital na mão dos burgueses e a abertura

---

<sup>2</sup> Organização social e econômica característica do período conhecido como Idade Média. Apresentava um sistema de feudos (extensas propriedades rurais) pertencentes à nobreza e ao clero e trabalhadas por servos formando uma economia auto-suficiente.

<sup>3</sup> Com base em Dias (2004), denominamos Revolução Industrial ao período em que um conjunto de invenções e inovações relacionadas permitiu alcançar uma enorme aceleração da

do mercado marítimo, foi possível o crescimento da produção, exigindo que houvesse mais mercadorias e preços mais baixos.

Este processo de industrialização, não foi somente um processo que acarretou avanços tecnológicos e científicos, mas propiciou uma transformação na sociedade, alterando de forma radical a vida dos homens na sociedade. Neste sentido, aproveito a reflexão de Andes (2010), ao afirmar que a Revolução Industrial transformou também o significado da palavra trabalho. Para o autor, se antes significava dor, humilhação<sup>4</sup>, hoje a palavra trabalho adquiriu outros sentidos como ação produtiva e ocupação. Pode expressar também, segundo o autor, a condição humana, a partir do momento em que o trabalho dignifica o homem e o qualifica, sendo gratificante para alguns em termos de existência humana. Ao mesmo tempo, se torna um indicador de posição social quando o trabalhador é rotulado como empregado ou desempregado.

A Revolução Industrial também propiciou o crescimento acelerado das cidades, em decorrência do afluxo das massas dos camponeses atraídos para o trabalho nas fábricas, formando o proletariado industrial (Dias, 2004). Antes desta revolução, as cidades eram centros comerciais de dimensões relativas, reduzidas, voltadas para a administração, o comércio e a todo tipo de prestação de serviços (Andes, 2010).

Em decorrência dessa grande massa de população, as cidades foram gradativamente sendo alteradas, assim como o meio ambiente. Valores culturais foram modificados, o modo de vida da população foi afetado em suas condições de habitabilidade, pois a indústria provocou problemas como a poluição do ar e da água, assim como acumulou detritos, tanto humanos quanto industriais.

As características fundamentais da Revolução Industrial foram a substituição progressiva do trabalho humano pelo das máquinas, mudanças culturais no ambiente do trabalho, grande produção de bens devido a mecanização da produção e o surgimento de novas funções no trabalho. Configura-se, a partir desse contexto, um mercado de trabalho que, para além

---

produção de bens e assegurar um crescimento que foi se tornando rapidamente independente da agricultura.

<sup>4</sup> A palavra trabalho aqui nos remete a pensar na sua origem em latim – *tripalium* (a maioria dos dicionários registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, embora também haja registro de que era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, para rasgá-los) - e até mesmo no latim vulgar, significando pena ou servidão.

da venda de produtos, vende também a força de trabalho, esta transformada em mercadoria tendo em troca um salário.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, porém, não ocorreu tão rápido. Ao mudar o rumo das relações de trabalho para a forma assalariada, diferente de seus costumes e tradições na forma mercantil livre, os indivíduos resistiram a tal relação, havendo, a partir deste contexto, diversos conflitos. Naquele momento, foram criadas estratégias organizacionais de forma a que o capitalista pudesse vencer tanta resistência e subordinar o que Dias (2004, p.116) define como os “insubordináveis recursos humanos”. Tais recursos humanos, vale ressaltar, possuem tradições e culturas que não podem ser controladas e mudadas de forma tão radical.

Neste contexto, forma-se a identidade do trabalhador na indústria:

A formação da classe operária foi um fato político, cultural, econômico e histórico. [...] Os trabalhadores foram se conscientizando gradativamente das novas relações produtivas, das novas condições de trabalho e foram desenvolvendo novos hábitos, costumes, novas rotinas que foram constituindo uma nova cultura. [...] Os trabalhadores de fábrica aos poucos formavam comunidades baseadas na capacidade humana para desenvolver laços de solidariedade, novas rotinas e padrões comuns de interação. Essas relações sociais que se desenvolviam na nascente organização industrial proporcionam para o trabalhador uma fonte potencial de poder. A existência dessas características proporcionou as primeiras lutas e movimentos sociais do período industrial (Dias, 2004, p.118).

A classe operária da época, com enorme potencial de poder, iniciou lutas e movimentos sociais contra o sistema capitalista, o que fez com que este criasse regras de cunho burocrático a fim de controlar os conflitos e impor limites aos trabalhadores.

No contexto da Segunda Revolução Industrial<sup>5</sup>, o desafio para a indústria foi maior. Começaram a surgir os paradigmas de padrão de produção industrial dos quais se destacam o padrão clássico, o binômio fordista-taylorista. Historicamente, percebe-se a ineficiência deste em relação à produção industrial de massa. Fato relevante neste período é o aumento da produção através do trabalho parcelado, implantado por Taylor, alcançando um nível maior de especialização por trabalhador e, na sequência, com Ford,

---

<sup>5</sup> Segunda Revolução Industrial - entendida como um período de fortalecimento das economias em escala e alta concentração da atividade industrial. No decorrer do século XX esta revolução se consolidou por diversos países do globo, assim como efetivou o padrão de produção fordista-taylorista. A este respeito ver Dias (2004,p.142-143).

que aumentou a produção introduzindo a linha de montagem. Nesta fase de produção, o trabalhador não compreendia a complexidade de sua tarefa.

A visão funcional deste paradigma denota a rigidez na reprodução, que se contrapõe ao atual padrão de produção vivido na atualidade com a nova reestruturação do capital, implantada para a superação de sua crise. Tal crise, ocorrida a partir dos anos 1970, acarretou ao mundo do trabalho inúmeras e significativas mudanças. Os motivos que acarretaram esta crise são complexos e históricos, trazendo fortes consequências para o movimento operário e sindical. Essas consequências afetaram a materialidade da classe trabalhadora e sua forma subjetiva, política e ideológica.

A crise estrutural do capital o fez desenvolver estratégias de auto-reprodução através de um processo de reestruturação da produção, afetando significativamente o mundo do trabalho, a qual pode ser resumida nos aspectos de substituição do padrão produtivo taylorista/fordista pelo padrão de produção flexível e desregulamentada e de desintegração do modo de regulação social-democrata<sup>6</sup> que sustentou o Estado de Bem-Estar Social.

Esse processo denota a passagem de um modo de produção rígido, vivido entre as décadas de 1920 a 1970, juntamente com a era do pleno emprego (período keynesiano) para um modo de produção flexível. Esta flexibilidade se materializou através da reestruturação produtiva, trazendo uma nova cultura de produção e acumulação capitalista. Assim, de acordo com Freire (1999, p.46),

[...] foi sendo ditada uma nova cultura e ações políticas de inspiração neoliberal no mundo do trabalho, que buscam flexibilizar ao máximo, não somente as estratégias de produção e racionalização, através de novas tecnologias, políticas, processos de trabalho, estoques, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo, como também as condições de trabalho, os direitos e os compromissos do Estado para com a população, conquistados no período anterior.

A reestruturação produtiva é, nesse contexto, a necessidade que o capital tem de responder às suas crises, recriando as relações entre mercado e Estado. Tais mudanças determinaram uma nova forma de dominação do capital sobre o trabalho, propiciando uma nova cultura de trabalho baseada em uma racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade

---

<sup>6</sup> Corrente de tendência socialista que propõe a mudança da sociedade capitalista por reformas gradativas. Na Europa, essa corrente foi responsável pela implantação de Estados de Bem-Estar Social considerados modelos. A social democracia existe desde 1875, quando foi fundado o Partido Social Democrata Alemão (DIAS, 2004, p.253).

requerida pelo capital, ou seja, busca-se um novo padrão de comportamento dos trabalhadores direcionados para a construção de consensos de classe.

Segundo Souza (1994 apud Mota e Amaral 2008, p.33), o objetivo primeiro da reestruturação produtiva “é fazer o movimento dos trabalhadores recuar para o terreno econômico-corporativo”, deste modo, se desfazendo “dos elementos ético-culturais que permitiram dar forma e sustentação a uma nova fase expansiva da construção das classes trabalhadoras como força autônoma e revolucionária”.

Na era fordista, o keynesianismo era a base de organização da produção. Agora, o que baseia o novo paradigma é a flexibilidade, é a liberdade do mercado. Esse novo padrão de produção acarreta mudanças tecnológicas e informacionais e contém uma lógica diferente do fordismo<sup>7</sup>, embora em alguns casos estejam associados. Promove o desemprego, desenvolve o processo de terceirização e fragmentação da classe trabalhadora, precariza o trabalho e expande o mercado de trabalho informal. Nesse processo desenvolve-se também a financeirização da economia de forma global.

Do ponto de vista econômico, a globalização, segundo Dias (2004:148), é um fenômeno que destrói e cria novas formas de produção e de consumo, de acordo com as necessidades do capital. Vale ressaltar que a globalização implica também uma maior transação econômica e social em um espaço transnacional. Ou seja, a acumulação capitalista, através da globalização agrega as economias nacionais em uma única economia integrada “por uma rede de inter-relações financeiras, industriais, comerciais e tecnológicas que ocorrem entre empresas, países e regiões”<sup>8</sup>.

Adotada como uma das estratégias da reestruturação produtiva, a terceirização desmonta a estrutura do emprego formal, criando alternativas através da multiplicação da prestação de serviços. Também de acordo com Dias (2004), a terceirização é um processo planejado de transferência de determinadas atividades para que estas sejam realizadas por uma terceira empresa.

---

<sup>7</sup> Modelo de produção implantado por Henry Ford na linha de montagem de sua indústria automobilística, que utilizava a esteira rolante como estratégia para aumentar a produtividade. Baseia-se na produção de massa e na padronização do consumo, com diminuição dos custos devido à economia de escala. Uma das características desse modelo de produção é o grande volume de estoque (DIAS, 2004, p.239).

<sup>8</sup> Conforme o autor, é importante ressaltar que a economia mundial não está completamente integrada, apenas pode ser considerada como uma tendência.

Assim, permite-se que os diversos serviços necessários para uma determinada produção possam ser delegados para outras empresas, bem como (e talvez este seja o princípio mais marcante da terceirização), ocorre a diminuição de custos com empregados. Custos estes relacionados não somente com salários, mas também com gastos sociais. Neste sentido, é exigida dos trabalhadores maior flexibilidade, pois o objetivo desta estratégia é também aumentar a competitividade entre as empresas.

No tocante ao trabalhador e sua condição salarial, os efeitos destas mudanças são cada vez mais devastadores, pois

Novas tecnologias permitem a desterritorialização das tarefas, o trabalho a distância por prestadores de serviços ‘independentes’ podendo atender rapidamente a demanda e garantindo uma flexibilidade máxima. O coletivo dos assalariados deixa de ser a realidade de base da empresa, e esta torna-se finalmente uma espécie de espaço virtual *dispatchant* dos serviços entre trabalhadores “independentes”, negociando eles próprios, com todos os riscos e perigos, suas condições de emprego (Castel, 1998, p.154).

Conforme Antunes (2007), intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através dos avanços tecnológicos, da acumulação capitalista flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, destacando-se o toyotismo<sup>9</sup>. No dizer de Sennet (1999), o capitalismo flexível busca substituir as formas rígidas de burocracia, o que para os trabalhadores acarreta mudanças de comportamentos sem amparo de leis e não obedecendo a procedimentos formais de contrato de trabalho. Tal flexibilidade ressalta-se, altera o próprio termo trabalho para abranger significados mais coerentes com o termo flexível, associando-o à liberdade. Neste sentido, mais liberdade para o capital.

Em outros termos, no paradigma atual, buscam-se meios de tornar a sociedade mais flexível e capaz de adaptações a circunstâncias variáveis, daí a criação de instituições também flexíveis. De acordo com Sennet (1999, p. 55), “a mudança flexível, aquela que hoje ataca a rotina burocrática, busca reinventar decisiva e irrevogavelmente as instituições, para que o presente se torne descontínuo com o passado”. Percebe-se neste contexto, que a flexibilidade permite ao mercado expandir suas alternativas de forma a melhor adaptar-se às mudanças em curso. Segundo Laranjeira (1999, p.27), seu

---

<sup>9</sup> O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 2007, p. 36).

objetivo é a racionalização do capital, deslocando-o para onde há melhores condições de mercado.

Assim, compete no mercado aquele que é capaz de flexibilizar as características de sua produção. Neste âmbito, cabe ao trabalhador também ser flexível e buscar novas competências e habilidades para concorrer e se adaptar ao momento.

A prática administrativa moderna acredita que as “redes elásticas” são favoráveis à reinvenção decisiva das hierarquias piramidais da era fordista. Neste sentido, a flexibilidade permite intervenção sem prejudicar o processo, pois o sistema se torna fragmentado. Este novo paradigma, para além da flexibilidade, caracteriza-se pela precariedade e desregulamentação dos trabalhadores assalariados. Castel (1998) classifica este processo como remercadorização do trabalho, onde o trabalho não obedece às leis de mercado e a sociedade salarial<sup>10</sup> se torna flexível, parcelada e insegura.

As práticas administrativas atuais utilizam um termo bastante conhecido e usado para também definir essas estratégias, chamando-a de reengenharia. No tocante à ideologia administrativa capitalista presente, o termo revela o intenso contraste entre dois mundos de trabalho - aquele da rigidez das organizações hierárquicas no qual o que importava era um senso de caráter pessoal, e que está desaparecendo, e o “admirável mundo novo” da reengenharia das corporações, com risco, flexibilidade, trabalho em rede e equipes que trabalham juntas durante um curto espaço de tempo, no qual o que importa é cada um ser capaz de se reinventar a toda hora (SENNET, 1999).

Ou seja, termo usado frequentemente na atualidade, a flexibilidade significa para a nova organização do trabalho:

- Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuam;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessitar;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;

<sup>10</sup> Uma sociedade salarial é uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais recebe não somente sua renda, mas também seu estatuto, seu reconhecimento, sua proteção social (CASTEL, 1998, p. 150).

Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (Vasapollo, 2006, p. 45-46).

Nos marcos da divisão internacional do trabalho, percebe-se o aprofundamento da hierarquia entre as nações, onde os governos entram em processo de subordinação para atender as demandas do mercado mundial. Basicamente, o que realmente define esta nova era econômica é que, globalmente, todos se renderam à política econômica capitalista, reforçando o surgimento e o avanço das idéias neoliberais (Dias, 2004, p. 148).

A ideologia neoliberal, no contexto da crise dos anos 1970, propunha reconstruir o mercado, desenvolvendo a competição e o individualismo através da desregulamentação e da privatização das atividades econômicas e da flexibilização das relações trabalhistas, acarretando, assim, para os trabalhadores, perdas de direitos historicamente conquistados.

Segundo Carmo (2005), a proposta desta tendência é a de deixar que o mercado, e não o Estado, seja o agente regulador da vida econômica, ou seja, o mercado é quem dita as ordens. O objetivo da política neoliberal é reduzir, ou até mesmo anular, o papel do Estado na área das políticas de proteção social assim como na regulação das condições de produção material. Não obstante, permanece a necessária presença do estado para a garantia das condições de desenvolvimento de políticas econômicas de corte neoliberal.

No campo das políticas de proteção social, percebe-se a estratégia de criação de vínculos com instituições particulares, sob o controle da sociedade, a fim de substituir o Estado e que para a regulação dos contratos de trabalho na esfera da produção material seja responsabilidade da livre negociação. Assim, a meta de desvalorizar a força de trabalho ao submeter os direitos legais dos trabalhadores à funcionalidade do mercado evidencia que o momento atual é, para o trabalhador, o momento de viver uma constante recusa de ser cidadão de direitos, pois estas idéias implicam nos cortes dos benefícios sociais, desvinculação e contenção de sindicatos, assim como desregulamentação da legislação trabalhista. O trabalhador é compelido a um comportamento de adesão e consentimento às ordens capitalistas.

Assim, os neoliberais<sup>11</sup>, conforme Silva (2008, p.186),

[...] também se levantam contra a própria organização dos trabalhadores. Não é sem motivos que almejam retirar-lhes direitos adquiridos historicamente e impedir a concretização daqueles que ainda estão em vigor, haja vista que os ganhos a favor dos trabalhadores significam despesas, perdas nos lucros, diminuição da mais valia para o capital. Por esse motivo culpam a intervenção do Estado no implemento de políticas públicas causadoras da crise fiscal.

O avanço neoliberal no contexto da reestruturação produtiva é parte imprescindível da ofensiva capitalista no tocante a desarticulação do poder da classe trabalhadora e dos sindicatos, possibilitando o rebaixamento salarial, aumentando a competitividade entre os trabalhadores e trazendo novas tendências ao mercado de trabalho, o que altera o perfil da classe trabalhadora tornando-a polarizada (trabalhadores estáveis e não estáveis, informais e formais etc.). Ao contrário do fordismo, que garantia através de sua rigidez, o trabalho pleno e de duração indeterminada, hoje, vive-se um contrato determinado, de curta duração, onde os trabalhadores podem ser alugados por horas, dias ou semanas.

Neste contexto, percebe-se que

a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários serviços (...) mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos (...). Criou-se de um lado, em escala minoritária, o trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional (...) e de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação (Antunes, 2007, p.170).

Emerge, neste cenário, uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, nos dizeres de Mota e Amaral (2008), expressa na constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores “excluídos” do emprego formal, estes últimos, sujeitos ao trabalho desprotegido. Dessa forma, o trabalhador se torna precarizado, fragmentado, participando de um ciclo que vai de um tipo de “exclusão” a um tipo de inclusão econômica concomitante à era flexível. O

---

<sup>11</sup> O projeto neoliberal surge como uma reação ao Estado de Bem-Estar Social, contra a social-democracia. Com a crise dos anos 1970, as idéias neoliberais são assumidas como a grande saída (IAMAMOTO, 2007, p.34).

trabalhador é economicamente excluído do trabalho formal, seguro, e incluído no trabalho informal, inseguro, precário<sup>12</sup>.

De Grazia (2008), apresenta algumas consequências para os trabalhadores, tais como o rebaixamento de salários, prolongamento da jornada de trabalho sem pagamento de horas extras, cumprimento de metas, perda de direitos a gozo de férias e pagamento de bônus como décimo terceiro salário. Isto decorre dos crescentes contratos de trabalho realizados de forma precária. Neste sentido, entende-se que a nova condição do trabalho é de perdas de direitos e de garantias sociais.

Segundo Vasapollo,

a precariedade é um processo geral, um processo que condiciona a existência de toda a força de trabalho pós-fordista. O processo de precarização do trabalho, essa experiência de incerteza comum no trabalho vivo pós-fordista, foi estabelecido por etapas, mudanças, por passagens cruciais. Primeiramente, as etapas das intervenções legislativas que vem provocando pouco a pouco, o fracasso da edificação de todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista e vem introduzindo, de fato, a possibilidade de fazer uso da força de trabalho em um regime de flexibilização (Vasapollo, 2006, p. 53).

A precariedade do trabalho traz consigo uma grande instabilidade dos rendimentos salariais, se somando a este fato o gradual fracasso do Estado Social, de forma particular sobre a seguridade social. Ainda neste contexto, percebe-se a necessidade constante de construção de novas formas de sociabilidade do trabalhador de maneira a enfrentar e sobreviver à crise, para isto abandona sua historicidade cultural e política para comportar como sua o ideário do capital.

Assim, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho transformaram a classe trabalhadora em uma classe complexificada, heterogênea e fragmentada. Dividida entre qualificados e não qualificados, trabalhadores formais e informais, jovens e velhos, homens e mulheres, dentre tantas outras situações que ocorrem mundialmente e, como fator de maior gravidade, o crescente desemprego estrutural.

---

<sup>12</sup> Os autores aqui se reportam ao surgimento de "uma nova dinâmica na relação entre exclusão/inclusão dos trabalhadores na economia". A esse respeito ver em Mota e Amaral (2008, p.31-32).

## 2.2.

### As mudanças no mundo do trabalho e o mercado de trabalho no Brasil

Na análise do atual cenário das mudanças do mundo do trabalho, cabe aqui ressaltar, especificamente, as particularidades destas mudanças no contexto brasileiro<sup>13</sup>. No âmbito do que alguns autores chamam de Terceira Revolução Industrial ou Terceira Revolução Científico-Tecnológica, onde a globalização da economia afeta todos os cantos do mundo, particularmente para os interesses desta reflexão, no que concerne ao mercado de trabalho atual, pode-se observar claros indícios de uma classe trabalhadora polarizada, um mercado que exige um trabalhador polivalente e flexível, onde tal flexibilidade afeta negativamente sua cidadania, na medida em que também flexibiliza direitos antes conquistados pelos coletivos de trabalhadores.

No âmbito da reestruturação produtiva, o Brasil demonstra, através da redução do emprego formal e do aumento da precariedade do trabalho, sua posição política frente à ordem capitalista. Adotando o ideário neoliberal, se torna clara a subtração dos direitos sociais e trabalhistas<sup>14</sup> e a defesa da informalidade do trabalho como uma alternativa ao desemprego. Para além destes fatos, me reporto a Iamamoto (2008, p.118), para expressar que, politicamente, o Brasil busca também a “*construção de um consentimento passivo dos trabalhadores*”, posto que, conforme a política neoliberal, a passivização faz parte de seu ideário.

Segundo Pochmann (2006), o Brasil vive a mais grave crise do emprego de sua história. Conforme o autor, nem a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, nem a depressão econômica de 1929, nem as recessões das atividades produtivas de 1981-1983 e 1990-1992,

---

<sup>13</sup> É importante ressaltar que se entende que a crise do capital, especificamente no Brasil, advém da década de 1970, com as mudanças internacionais gestadas no mundo do trabalho, concernentes a recessão econômica mundial, sentidas no Brasil a partir dos 1980, ou, mais especificamente, nos anos de 1990. Na verdade, segundo Druck (1999, p.62), “é no final dos anos 70 que vários indicadores apontam para uma situação de crise. Há um processo de redução do crescimento econômico e também da própria economia. O país que foi um mercado atrativo para investimentos estrangeiros na forma de empréstimos, no final da década de 70, se encontra endividado”.

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que tais direitos fizeram parte da estratégia do Estado Vargas para regulamentar o mercado de trabalho, garantindo a própria reprodução da força de trabalho. Além do mais, segundo Druck (1999, p.57), esta legislação atendia também algumas reivindicações operárias (direito a férias, regulamentação da jornada de trabalho, folga no domingo, salário mínimo, etc) e, nesta medida, foi utilizada como instrumento de persuasão por Vargas, na tentativa de ganhar a adesão dos trabalhadores a seu projeto.

trouxeram tantos desempregos e precariedade ao trabalho como hoje. O referido autor ainda aborda três componentes para a desestruturação do mercado de trabalho no Brasil.

O primeiro refere-se ao desemprego em massa no país a partir dos anos de 1990.

O fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no ranking mundial do desemprego. No total de desempregados, o país perdeu apenas para a Índia, Indonésia e Rússia (Pochmann, 2006, p.59).

O autor ressalta que este fato se revela presente em todos os segmentos sociais na atualidade e que, comparado aos anos de 1980, e estatisticamente evidenciado, o nível de desemprego naquela época era relativamente baixo no país, começando a evidenciar seu crescimento a partir dos anos 1990.

O segundo componente abordado pelo autor reporta-se a perda do assalariamento em decorrência da diminuição dos empregos formais, registrados legalmente e com salários garantidos. Segundo Pochmann (2006), os assalariados sem registros continuaram aumentando ao longo da década de 1990.

No terceiro componente abordado, o citado autor retrata a situação do trabalho precário no Brasil, através da redução e até mesmo destruição de postos de trabalhos formais, o que leva os trabalhadores a assumirem ocupação sem remuneração, de forma autônoma, por conta própria.

No tocante a estas questões, vale aqui reportar as reflexões de Mota e Amaral (2008), pois,

[...] como informa recente pesquisa, o crescimento médio da produtividade industrial (medida pela produção física por trabalhador ocupado ou horas pagas) em 1996 foi de 13%. Segundo Saboia, os novos ganhos de produtividade surpreendem porque não derivam de investimentos pesados em maquinário e automação, a produtividade cresceu graças aos novos processos de trabalho, aos métodos de gestão e à custa da perda do emprego de milhões de trabalhadores. [...] No mesmo período, a composição da ocupação nas seis regiões metropolitanas da PME/IBGE se modifica, evidenciando o aumento da participação dos trabalhadores sem carteira assinada (passam de 22,7% para 22,40%), a redução dos trabalhadores com carteira assinada (caem de 52,86% para 47,71%) e o aumento dos trabalhadores por conta própria que saltam de 19,73% para 21,61% (Mota & Amaral, 2008, p. 34-35).

Outro fator de suma importância para a análise da situação do trabalho no Brasil se trata da mudança no perfil do desempregado. Ou seja, há um tempo não tão longínquo, os trabalhadores jovens, mulheres, negros e os sem qualificação profissional, assim como os analfabetos e outros segmentos específicos não tinham lugar no mercado de trabalho.

Hoje, o fenômeno do desemprego tornou o perfil do trabalhador desempregado complexo e heterogêneo, atingindo todos os segmentos anteriormente citados e incluindo trabalhadores com nível superior de formação, experiência profissional comprovada, de nível de hierarquia superior e com alto padrão de remuneração. Assim, reforço os dizeres de Pochmann (2006), quando afirma que, atualmente, no Brasil, não há mais estratos sociais imunes ao desemprego.

Pode-se inferir, conforme já visto, que a “reestruturação produtiva redefine socialmente o processo de produção de mercadorias”. No Brasil, tal redefinição não ocorre somente nos processos técnicos de trabalho, mas, especificamente, aqui, a reestruturação representa “abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%” (Mota & Amaral, 2008, p.34).

Neste contexto, a reestruturação produtiva representa a redução de postos de trabalho e a troca do emprego formal pelo informal, inseguro. No Brasil, esta estratégia está fortemente vinculada ao ideário neoliberal, que traz como vertente a competência e a eficiência do setor privado, a minimização do Estado em relação à proteção social e do trabalho, através da retaliação dos direitos sociais e trabalhistas, e a defesa do trabalho informal como enfrentamento ao desemprego, fato este que banaliza o contrato da cidadania.

O neoliberalismo, ao reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e na regulação das condições de produção material para atender as necessidades do capital, utiliza um conjunto de medidas para tornar flexíveis as relações de trabalho. Dentre elas, evidencia-se a privatização de empresas estatais, a supressão de direitos sociais e trabalhistas e a super exploração do trabalhador.

Segundo Ortiz (2002), para os neoliberais a crise do capitalismo estava no poder dos sindicatos e dos movimentos operários. Assim, para a perspectiva neoliberal era necessário existir um Estado forte para romper com o poder de luta dos sindicatos e dos movimentos dos operários e, ao mesmo

tempo, ser um Estado fraco na aplicação dos recursos necessários aos gastos sociais, tornando-o um Estado mínimo<sup>15</sup>.

Retomando Pochmann (2006), a partir de 1990 a condução do novo “modelo” econômico brasileiro, pautado em políticas de corte neoliberal, repercutiu diretamente sobre a estrutura da demanda agregada, por meio da revisão do papel do Estado na economia. Este fator econômico se refere à racionalização e descentralização dos gastos públicos e privatização do setor produtivo estatal. Repercutiu, também, nas desregulações financeiras, provocando endividamento externo e interno e causando maior dependência de ingressos financeiros.

A desregulamentação<sup>16</sup> do trabalho no Brasil, no contexto das políticas de corte neoliberal adotadas como estratégias da “reforma” do Estado, foi assumida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso nos meados da década de 1990. Conforme indica Ortiz (2002, p. 98),

No Brasil, a reforma do Estado encaminhada pelo governo FHC, desde a PEC nº 173 de agosto de 1995, possui como diretrizes fundamentais: a redução dos custos e racionalização do gasto público; mais agilidade e eficiência no aparelho estatal; descentralização dos serviços, transferindo do Estado para o setor privado parte das atividades originalmente de trato público.

Neste ambiente de reformas, percebe-se também a valorização da produtividade e as empresas brasileiras buscando competir globalmente. No tocante às relações de trabalho, a precariedade se torna mais visível e acelerada, em decorrência da implantação de diversas estratégias negativas para o trabalhador, tais como a redução de suas verbas rescisórias, instituição do banco de horas em substituição as horas extras, do contrato de trabalho temporário e dos serviços voluntários, entre tantas outras que efetivam a consolidação da precariedade no trabalho.

Segundo Freitas e Machado (1999), esta situação altera todo o mercado de trabalho e a vida do trabalhador, pois estes terão seus contratos de trabalho submetidos a novas normas que impõem condições formais para a sua desregulamentação, ou seja, diminuição do salário e de vínculo de trabalho, colocando o trabalhador em busca de novos postos de trabalho menos precários.

---

<sup>15</sup> De acordo com Netto (1996), Estado mínimo para responder às demandas da classe trabalhadora e máximo para atender aos interesses do capital.

<sup>16</sup> Desregulamentação aqui é entendida como a redução do conjunto dos direitos trabalhistas, direitos estes oriundos de normas públicas impostas ao empregador, ao capital, pelo Estado, como resposta às lutas de classes travadas no âmbito do conflito capital x trabalho.

Dentre as diversas estratégias adotadas pela política neoliberal no Brasil, podemos aqui citar a jornada flexível, mais conhecida pelo trabalhador como banco de horas. É uma medida praticada como forma de controlar o tempo do trabalhador, de forma a atender a produção. Seja para um momento de grande produção ou para quando a produção estiver em baixa. Nesta estratégia (regulada pela Medida Provisória 1779-6, de 1999), o pagamento de horas extras é evitado e, principalmente, a organização teria como evitar a contratação de mais trabalhadores em períodos de máxima produção.

Além da jornada flexível, percebem-se outras estratégias como o emprego em tempo parcial, com salários reduzidos, e o trabalho voluntário, onde o trabalhador se dispõe a trabalhar informalmente sem receber nada por esta atividade. Estas são apenas algumas das medidas adotadas no Brasil.

Estas estratégias afetam negativamente o mercado de trabalho, pois os trabalhadores, assumindo contratos informais e desregulados, terão em contrapartida uma má remuneração. Em situação precarizada, o trabalhador se vê diante da ameaça constante do desemprego, disputando vagas no mercado de trabalho. Para isso, vale também ressaltar o ciclo de inclusão do trabalhador no desemprego informal e a constante exclusão econômica do emprego formal, acarretando uma movimentada disputa dos formais e informais pelo emprego seguro.

Observa-se, assim, além dos estatutos diferenciados, uma ofensiva às possibilidades de organização, reação da classe trabalhadora a tais medidas, já que os trabalhadores disputam entre si as poucas vagas para o trabalho protegido.

Tendo em vista a dinâmica da situação de instabilidade no mercado de trabalho, tomam-se aqui dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizada em 2008, a qual retrata que o Brasil tinha 879.691 empresas de serviços naquele ano, aumentando em 10% com relação ao ano de 2007 que, por sua vez, tinha 793.928 empresas. O setor era responsável, dois anos atrás, pela geração de 9,23 milhões de empregos, contra 8,37 milhões em 2007, um ganho de 860 mil vagas<sup>17</sup>.

No entanto, não obstante o crescimento do setor de serviços, sobretudo o de informação e comunicações, que abrange telecomunicações, tecnologia da informação, serviços audiovisuais, edição, agências de notícias

---

<sup>17</sup>Trata-se da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2008. Disponível em: [www.acritica.com/noticias/Economia-Servicos-Sector\\_de\\_Servicos-Crescimento-IBGE\\_0\\_323367697.html](http://www.acritica.com/noticias/Economia-Servicos-Sector_de_Servicos-Crescimento-IBGE_0_323367697.html). Acesso no dia 23 de setembro de 2010.

e serviços de informação, observa-se também que este mesmo setor vem apresentando altos índices de precarização das relações de trabalho<sup>18</sup>.

Tais elementos reforçam a tendência da flexibilização e precarização, ainda presentes no governo Lula, onde o número de trabalhadores formais aumentou em comparação com o governo FHC, porém as condições de trabalho ainda permanecem como antes, ou seja, as medidas de flexibilização adotadas pelo governo FHC não foram extintas. Dados mais detalhados sobre a pesquisa do IBGE podem ser encontrados no Apêndice I.

Tendo em vista o objeto de estudo aqui desenvolvido, no próximo capítulo será abordada a questão do mercado de trabalho em Manaus/AM, no intuito de entender como se configura o mercado de trabalho para os assistentes sociais naquela cidade.

---

<sup>18</sup> A este respeito, ver o livro “Infoproletários – degradação real do trabalho virtual”, de Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009).